

# **O PORTUGUÊS EM ANGOLA: UMA QUESTÃO DE POLÍTICA LINGUÍSTICA**

Ana Paula Banza  
(Universidade de Évora)

## **1. O ciclo da expansão da língua e a construção de uma língua pluricêntrica**

O “ciclo da expansão da língua” (Castro, 2006: 74ss) inicia-se com os Descobrimentos, a partir do séc. XV, e coincide com o momento em que a língua portuguesa, como resultado desse movimento, é transportada para fora da Península Ibérica, para outros continentes, dando início ao processo de expansão que faria do português uma língua pluricêntrica, uma das mais faladas e influentes do mundo, com implantação significativa, ainda actualmente, em três continentes. Por outro lado, no território europeu, é este um período importantíssimo na evolução da língua portuguesa, em que esta atinge um estágio muito próximo do português actual, em particular no plano fonético-fonológico.

No que respeita à caracterização linguística deste período, ele abarca os períodos designados por português médio e português clássico. Assim, partindo da visão de Cardeira (2005) do português médio como cobrindo um período muito curto, a primeira metade do séc. XV, e encarado como um período crítico na história da língua portuguesa, ao invés de um simples período de transição, importa lembrar os fenómenos, muito significativos, particularmente no plano fonético-fonológico, que se consolidam neste período, transformando drasticamente a língua, na sua forma e estrutura, e que estariam já em marcha pelo menos desde o período que Cardeira classifica como uma “franja de separação” entre o português antigo e o português médio, correspondente à segunda metade do séc. XIV, ou mesmo antes.

Na verdade, esta “franja de separação”, que encerra o ciclo da formação da língua (Castro 2006: 74ss), é, do ponto de vista da sua história externa, particularmente relevante na sua evolução, na medida em que nela ocorrem

várias convulsões, políticas, económicas, sociais, que terão condicionado ou, ao menos, influenciado a sua história interna. Efectivamente, além da separação do galego – evento que se coloca sobretudo no plano literário, com a extinção da escola literária galego-portuguesa, porquanto tal separação, no plano da oralidade, terá seguramente ocorrido mais cedo – a peste, as guerras com Castela, o final da primeira dinastia, a de Borgonha, e a ascensão da segunda, a de Avis, eventos que, no seu conjunto, normalmente se designam como “crise de 1383-85”, produziram um novo quadro em que a importância do sul, crescente desde D. Afonso III, se afirma definitivamente com a fixação da corte em Lisboa, que, a partir de então, se assume como verdadeira capital. Como consequência, a Galiza fica definitivamente afastada do novo centro e a língua transplantada para sul com a reconquista, em contacto com as variedades moçárabes, ganha traços inovadores, que, doravante, passariam a ser encarados como padrão. Acresce ainda que o final do séc. XIV é pouco anterior ao final da Idade Média e ao início do Renascimento, com consequências importantes para a língua, nomeadamente ao nível do léxico.

Neste novo quadro, a língua estava pronta para se expandir para outros territórios, o que acontece a partir do início do séc. XV com o movimento da Expansão, e, dentro dos limites do território europeu, para o “processo de elaboração linguística”, de que fala Castro (2006), que se consolidará nos séculos seguintes.

Assim, o português médio, que, como defende Cardeira, não é, de facto, uma simples fase de transição, mas uma “transição de fase”, decisiva na elaboração do português, em que se resolvem vários processos de mudança em curso, corresponde ao que seria o estado da língua portuguesa no momento em que inicia o seu ciclo de expansão e é levada para novos continentes, o que permite compreender muitas das características do português extra-europeu, particularmente do português do Brasil, mas também do português africano. Se tivermos em conta que o português foi levado para Angola em 1482 (Cordeiro, 1936, II), altura em que os portugueses chegaram ao reino do Kongo, aí estabelecendo as primeiras relações comerciais, podemos considerar que, do ponto de vista linguístico, era este o estado da evolução do português à época. Sendo certo que, nos séculos que se seguiriam, o percurso da variedade brasileira e das variedades africanas do Português, implantadas em condições diferentes e com percursos históricos diferentes, divergiria parcialmente, é importante ter em conta que a língua portuguesa transplantada para os territórios extra-europeus com a Expansão e que está na base das variedades actuais é a língua portuguesa dos sécs. XV/XVI. No entanto, nos novos territórios, dependendo das circunstâncias sócio-históricas da colonização e da dinâmica do ensino do português, este viria a evoluir de formas diversas, dando origem às variedades actuais. As diferenças são, de facto, muitas e muito significativas:

– Enquanto no Brasil a colonização começou mais cedo e foi ininterrupta desde a sua descoberta, nos territórios africanos, embora o contacto seja até um pouco mais antigo, a colonização efectiva só ocorreria a partir do séc. XIX e, com mais incidência, já no séc. XX.

– Enquanto no Brasil os povos nativos e as suas línguas foram praticamente dizimados, por não servirem como mão de obra, nos territórios africanos as populações foram mantidas como mão de obra, preservando as suas línguas.

– Finalmente, enquanto o Brasil se tornaria independente logo em 1822, as colónias africanas manter-se-iam até 1975.

Oficialmente, porém, e independentemente destas diferenças, muito relevantes, o português das colónias era o português europeu. No caso do Brasil, independente há quase dois séculos, a deriva linguística acelerou desde a independência, conduzindo à formação de uma norma própria, assumida como diferente da europeia, embora dela derivada. No caso dos países africanos, só muito recentemente descolonizados, a permanência da influência centralizadora do português, a nível político e linguístico, tem contido o acelerar da deriva, que agora começa a acentuar-se significativamente, sobretudo em Angola e Moçambique, onde as particulares circunstâncias de contacto linguístico produziram variedades próprias, resultado, por um lado, da natural interferência das estruturas bantu no português, por outro, da ausência, desde o período colonial, de um esforço adequado de escolarização em português, que, de facto, nunca existiu, facilitando, assim, o cruzamento de padrões entre o português e as línguas nativas.

## **2. Situação actual do português em Angola**

O domínio colonial de Angola desencadeou um processo de aculturação que implicou a destruição em larga escala das estruturas económicas e sociais dos povos colonizados (Cabral, 2005: 45-46) e, juntamente, a imposição da língua portuguesa sobre as línguas autóctones, que, no entanto, subsistiram nas regiões mais interiores do território, afastadas dos grandes centros urbanos, onde o português se impôs como língua oficial no território colonizado, não chegando, porém, a todos os estratos da população e ficando, quase até à actualidade, praticamente confinado, primeiro ao litoral e, depois, aos grandes centros urbanos.

As línguas bantu faladas à chegada dos portugueses e que vêm, desde então, coabitando com o português, com particular incidência no período colonial, vêm sendo documentadas desde o século XIX e têm sido, à semelhança das indo-europeias, classificadas com base em critérios genéticos e tipológicos. No entanto, são mal conhecidas, em grande parte porque, entre outros factores, o sistema colonial proibia, além do uso, o estudo destas

línguas. Como resultado, além das lacunas no conhecimento da sua estrutura, é, ainda actualmente, impossível saber quantas e quais existem em Angola, na medida em que a delimitação entre diferentes línguas e variedades de uma mesma língua, por natureza complexa e sempre abstracta, tem-se, neste caso, revelado impossível. No entanto, é certo que, no mínimo, serão nove (Redinha, 1975), quase todas transnacionais, embora outros autores apontem para números bastante mais elevados. De qualquer forma, independentemente do número, se considerarmos que cada uma destas línguas não é homogénea, apresentando variação, nomeadamente dialectal, fica clara a complexidade do quadro linguístico com o qual o português foi posto em contacto, sendo certo que, até à independência, estas línguas continuavam a ser língua materna da esmagadora maioria da população.

Passados quase quarenta anos sobre a Independência de Angola, a real situação do português neste país e a dimensão exacta dos efeitos do prolongado contacto linguístico, não com uma, mas com várias línguas, em simultâneo, continuam a ser pouco conhecidas, em grande parte devido à falta de estudos sistemáticos. Efectivamente, se, de uma maneira geral, a situação do português em África é mal conhecida, no caso de Angola, a ausência de trabalhos de índole descritiva sobre o português aí falado é ainda mais sensível. No seu conjunto, estes estudos podem dividir-se entre os que tratam apenas do domínio do léxico, debruçando-se sobre os empréstimos e adaptações lexicais da língua portuguesa para as línguas autóctones e vice-versa e os que abordam as principais tendências de mudança dentro da própria língua portuguesa (Cabral, 2005: 45). Em todo o caso, o seu número é escasso e o seu conteúdo geralmente perspectivado a partir da óptica do ensino do português em Angola, faltando essencialmente estudos descritivos que permitam conhecer as características desta variedade.

Quando, em 1975, Angola se tornou independente, após um longo período de colonialismo e um ainda mais longo período de contacto entre o português e as línguas africanas aí faladas, no momento de escolher a língua oficial da nova nação, a opção recaiu sobre o português, o que representou uma continuidade, ao invés de uma ruptura, que poderia ter sucedido se a escolha tivesse recaído sobre uma das línguas autóctones. Tal opção, no entanto, quando encarada numa perspectiva estritamente lógica e pragmática, não teria qualquer viabilidade, uma vez que a diversidade étnica associada à diversidade linguística dificilmente permitiria escolher uma língua em detrimento de outras. Já o português, sendo maioritariamente língua segunda de todos, surgia como uma opção neutra, além de ser a única que permitiria à nação angolana a projecção e relacionamento internacionais essenciais ao desenvolvimento de uma nação jovem. Assim, a opção pelo português como língua oficial de Angola, colocando o interesse nacional à frente de qualquer preconceito nacionalista foi, neste sentido, um primeiro e decisivo acto de política linguística.

No entanto, a língua tornada oficial na independência, dando continuidade à situação linguística do período colonial, continua a ser a língua portuguesa na sua variedade europeia. Ora, tendo em conta que, à data da descolonização, o português tinha já um longo período de contacto com as línguas africanas e que era língua segunda da esmagadora maioria da população, fica claro que estamos perante as condições ideais para o desenvolvimento de uma variedade especificamente angolana do português, cujo grau de especificidade importa apurar. Quando Marques, em 1983, concluía que a língua portuguesa em Angola deveria ser ensinada como língua estrangeira, era esta a situação que tinha em mente. De então para cá, porém, esta situação alterou-se substancialmente. Devido à longa guerra civil que se seguiu à guerra colonial, as populações do interior, que tinham diversas línguas maternas africanas e, regra, geral, o português como língua segunda, foram obrigadas a deslocar-se para os grandes núcleos urbanos e suas periferias, onde, perante a diversidade linguística, o português viria a assumir o papel de língua veicular. Neste contexto, em poucas décadas, a situação da língua portuguesa face às línguas africanas em Angola alterou-se radicalmente, tendo a língua portuguesa passado a ser a língua materna de um número progressivamente crescente de jovens angolanos, o que, num país onde a esperança de vida é curta e a população muito jovem, permite perspectivar, em mais algumas décadas, uma situação de predomínio absoluto do português como língua materna dos angolanos.

Assim, ultrapassada a situação da língua portuguesa como língua estrangeira, ela perfila-se hoje como língua oficial e como língua materna de um número progressivamente crescente de angolanos, sendo a questão a colocar no presente, não a que Marques colocava pouco depois da independência, mas sim uma outra, de natureza e implicações diferentes: que língua portuguesa se fala hoje em Angola? Para responder a tal pergunta impõe-se, como acima se referiu, estudar, numa perspectiva linguística, essa variedade, que, como não poderia deixar de ser, após tão longo contacto linguístico com diversas línguas africanas, é já claramente diversa do português europeu. Nos últimos anos, desde que a paz trouxe a Angola o crescimento económico e a estabilidade política, vêm sendo realizados alguns trabalhos, sobre aspectos pontuais ou de âmbito mais alargado, nesse sentido (ex. Cruz, 2007; Santos, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011; Teixeira e Alemida, 2012; Undolo, 2012, 2014...), não sendo, no entanto, ainda, tais trabalhos suficientes. Por outro lado, verifica-se também que muitos fenómenos de mudança estão em curso, podendo vir, ou não, a estabilizar.

### **3. Norma padrão e norma culta no português angolano**

Tendo em conta o que acima fica dito sobre a situação linguística actual do português em Angola, e apesar da escassez de descrições, algumas

evidências são observáveis. À semelhança de outras situações de colonização que envolvem a imposição da língua do colonizador, o português impôs-se, ou foi-se impondo, no período de colonização, como língua oficial, isto é, como língua do ensino, da comunicação social e de todos os actos oficiais. No entanto, é sabido que tal imposição não foi nunca acompanhada por um ensino forte, que levasse a língua portuguesa a todo o território, verificando-se que, sobretudo no interior, o padrão europeu nunca teve força suficiente para se impor. Assim, inevitavelmente, foi-se criando um fosso, progressivamente mais alargado, entre a norma padrão, ideal, correspondente à norma do português europeu, e a norma culta, correspondente ao uso real das camadas escolarizadas da população (Mateus e Cardeira, 2007), que, como se prova em estudos recentes (cf. Undolo, 2014), está já significativamente afastada do padrão, em todos os domínios, com destaque para o léxico, o subsistema mais dinâmico das línguas (Vilela, 1995: 14) e, sem dúvida, o espelho mais fiel das suas circunstâncias sócio-históricas. Neste domínio, são evidentes os empréstimos das diferentes línguas bantu – ex. *quimbo* [‘kĩbu], “aldeia, povoado”, além de fenómenos de neologia, formal e/ou de conteúdo – ex. *proveniente*, “originário de território controlado pela UNITA no período da guerra civil; ex-militante da UNITA”. Por outro lado, nos domínios fónico e morfo-sintáctico, são, também, muito visíveis, no primeiro caso, factos como a tendência para uma maior abertura das vogais (regra geral de um grau em relação ao português europeu – ex: PA: [deʒ’gɔʃtu] / PE: [diz’goʃtu] e a presença de consoantes nasais, de influência bantu, inexistentes no português europeu – ex. [ᵐbãza] <mbanza>; no segundo, entre muitos outros casos, sirvam de exemplo o uso diferente das preposições, com predomínio claro de *em* e a aquisição de diferentes propriedades de selecção categorial em alguns verbos – ex. PA: *Os alunos queixaram a Professora Rita no director* / PE: *Os alunos queixaram-se da Professora Rita ao director*, ou a tendência para a substituição do presente do conjuntivo pelo presente do indicativo, em construções como: *Não grita comigo!*<sup>1</sup>.

Os traços inovadores referidos, à semelhança de muitos outros, foram registados em falantes cultos, sendo naturalmente muito mais sensíveis e diversificados no uso das classes menos escolarizadas. No entanto, mesmo deixando, aqui, de lado as variedades populares e outras, como as dialectais, e restringindo-nos à norma, a dimensão e a natureza dos fenómenos registados apontam para a consolidação irreversível de uma norma angolana do português, diferente da do português europeu e da do português brasileiro, que importa reconhecer.

---

<sup>1</sup> Exemplos retirados de Undolo, 2014.

#### 4. O futuro do português em Angola: uma questão de política linguística

É sabido que o futuro das línguas raramente depende de circunstâncias linguísticas, sendo, regra geral, definido pela política linguística (ou ausência dela) adoptada pelos estados que a usam. A língua portuguesa não é excepção. Como língua de cultura, com muitos séculos de formação, a Expansão ultramarina, um dos factos da história externa mais determinantes na história interna do português, ditou a transformação da língua nascida no canto noroeste da Península Ibérica e, até então, de proporções modestas, em território e número de falantes, numa língua geradora de outras línguas ou variedades, produto do contacto linguístico com línguas muito diversas e de diferentes famílias, ao mesmo tempo que esse contacto a enriquecia também, no domínio do léxico. No caso dos crioulos, é hoje claro serem estas línguas autónomas caracterizadas pelo seu peculiar processo de formação. Já no caso das variedades que o português assumiu nos territórios colonizados onde é actualmente língua oficial, parece persistir um impasse que importará ultrapassar nos próximos anos.

A situação actual, em que a variedade oficial continua a ser identificada com o português europeu, afigura-se progressivamente mais artificial e insustentável, na medida em que o uso das classes cultas, que configura a norma culta, parece afastar-se cada vez mais da norma padrão ideal, identificada com o português europeu, situação que, naturalmente, aumenta as dificuldades de ensino, uma vez que o português que os jovens falam, agora quase sempre como língua materna, é, cada vez mais, diferente do padrão, que surge, assim, como algo artificial, afastado do uso real, tanto mais quanto menos escolarizados são os indivíduos. E, se a solução, à época da descolonização, poderia, eventualmente, passar pelo ensino do português como língua estrangeira, como referia Marques em 1983, actualmente, parecendo irreversível o crescimento do português como língua materna, tal proposta deixa de fazer sentido. No entanto, torna-se cada vez mais evidente que, por um lado, a tendência no futuro será para o acentuar das diferenças entre a norma padrão e a norma culta e, por outro, que o ensino continua a não conseguir ultrapassar estas diferenças.

Não se trata, aqui, como também no caso do português do Brasil, de ponderar a hipótese de estarem a emergir, a partir do português, novas línguas. Como muito bem explica Raposo (1984: 2), “o que se passa é que existem, por um lado, factores subjectivos, de natureza historicista, relativos à tradição filológica clássica, e, por outro lado, factores objectivos, de natureza política, ideológica e cultural, exteriores à estrutura gramatical da língua, que se conjugam para favorecer «uma só língua»”. Essa é evidentemente a situação da língua portuguesa nas suas variedades nacionais actuais, incluindo a angolana. Ainda que com naturais diferenças, atendendo às diferentes circunstâncias sócio-históricas das respectivas colonizações, o

processo que agora se desenvolve em Angola segue na linha do que vem sucedendo no Brasil, naturalmente com maior incidência no período pós-independência: um afastamento progressivo em relação ao português europeu. No entanto, e ainda que o afastamento entre o português de Angola e o português europeu venha a ser talvez ainda mais significativo do que o do português do Brasil (não se esqueça que o Brasil tem já quase duzentos anos de história independente, enquanto os territórios africanos adquiriram a sua independência há menos de quarenta), não está em risco a unidade fundamental da língua portuguesa, que a comunidade lusófona reconhece. Isto porque “não são factores exclusivamente linguísticos que estão directamente envolvidos na manutenção da expressão «língua portuguesa» para cobrir todas estas realidades por vezes de natureza gramatical tão diferente. Mais uma vez, o que está aqui em causa, é a acção de factores de natureza histórica e cultural. São eles, juntamente com a vontade política de continuar a considerá-los actuais e vivos, que constituem o cimento que aglutina todas essas realidades linguisticamente diversas sob o denominador comum da língua portuguesa. Os elos gramaticais, muitas vezes fracos, não desempenham certamente mais do que um papel secundário. [...]. A realidade da noção de «língua portuguesa», aquilo que lhe dá uma dimensão qualitativa para além de um mero estatuto de repositório de variantes, pertence, mais, do que ao domínio linguístico, ao domínio da história, da cultura e, em última instância, da política. Na medida em que a percepção destas realidades for variando com o decorrer dos tempos e das gerações, será certamente de esperar, concomitantemente, que a extensão da noção de «língua portuguesa» varie também”. (Raposo 1984:4-5). Para já, porém, não se perspectiva, num futuro próximo, uma alteração da “extensão da noção de «língua portuguesa»”; no entanto, a variedade e dimensão das mudanças em curso ou já estabilizadas no português de Angola, que os estudos descritivos, em número crescente, vão revelando parecem apontar para a necessidade de se assumir que há já uma norma do português de Angola, e que as características fundamentais desta variedade, já evidentes na norma culta, devem ser assumidas na norma padrão, diminuindo, assim, as diferenças entre a norma ideal e a norma real e facilitando o ensino.

Nesta perspectiva, uma política linguística que assuma as diferentes normas, do português europeu e brasileiro, já reconhecidas, mas também, para já, a consolidação de diferentes normas no português angolano e no português moçambicano, não deve ser encarada como fracturante da unidade da língua portuguesa, na medida em que a componente linguística da lusofonia (que não é a única, nem mesmo a principal, preponderando as componentes histórico-culturais, económicas e políticas) se baseia no uso de um sistema, uma língua – enquanto entidade abstracta, colectiva – comum, sem que, no entanto, tal unidade implique necessariamente uma norma – enquanto critério colectivo de utilização do sistema – igualmente comum (cf.

Banza, 2007: 31-32). Na consolidação e assumpção das diferentes normas do português, desempenharão naturalmente um papel de relevo os estudos descritivos destas variedades, que, por serem ainda insuficientes, deverão ser fortemente estimulados e apoiados, na medida em que, quanto melhor se conhecer o português de Angola e a sua deriva específica, mais fácil será assumir que, cada vez mais, faz sentido que a nação angolana, que elegeu o português como língua oficial e de unidade nacional, assuma agora uma norma própria, especificamente angolana, sem, no entanto, deixar de preservar o sistema da língua portuguesa.

## 5. Referências

- Banza, Ana Paula (2007) *Unité et Diversité dans le Portugais du XXI ème siècle: ce qui change avec l'entrée en vigueur de l'Accord Orthographique. Grenzgange, Beitrage zu einer modernen Romanistik* 14, pp. 18-32.
- Cardeira, Esperança (2005) *Entre o Português Antigo e o Português Clássico*. Lisboa: INCM.
- Castro, Ivo (2006) *Introdução à História do Português*. Lisboa: Edições Colibri.
- Cabral, Lisender Augusto Vicente (2005) *Complementos verbais preposicionais do português em Angola*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa.
- Cordeiro, Luciano (1936) *Questões Histórico-Coloniais*. Lisboa.
- Coseriu, Eugenio (1952) *Sistema, Norma y Habla*. Montevideo.
- Cruz, Arsénio da Silva (2007) *Perfil Linguístico do Falante Urbano do Lubango e sua Relação com Factos Económicos e Sociais*. Dissertação de Mestrado, ISCED/Lubango.
- Gonçalves, Perpétua (2013) O português em África. In Eduardo Buzaglo Paiva Raposo et alii (orgs.), *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, I, pp. 157-178.
- Marques, Irene Guerra (1983) Algumas considerações sobre a problemática linguística de Angola. *Actas do Congresso sobre a Situação actual da Língua Portuguesa no Mundo*. Lisboa, I, pp. 205-223.
- Mateus, Maria Helena Mira e Esperança Cardeira (2007) *Norma e Variação*. Lisboa: Caminho.
- Mateus, Maria Helena Mira (2005) Mudança da língua no tempo e no espaço. In *A língua portuguesa em mudança*. Lisboa: Caminho, pp. 23-30.
- Redinha, José (1975) *Etnias e culturas de Angola*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola/Universidades de Língua Portuguesa.
- Raposo, Eduardo Paiva (1984) Algumas observações sobre a noção de «língua portuguesa». *Boletim de Filologia*, 29, pp. 585-592. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/bases-tematicas/historia-da-lingua-portuguesa.html> (pp. 1-6).
- Santos, Eduardo Ferreira dos (2007), Uma hipótese explicativa do contato entre o português e as línguas africanas. *Papia* (17): 9-19.
- Santos, Eduardo Ferreira dos (2008) *Variedades linguísticas em contato: português angolano, português brasileiro e português moçambicano*. Tese de Livre-docência, Universidade de São Paulo.

- Santos, Eduardo Ferreira dos (2008) O léxico compartilhado pelo português angolano, brasileiro e moçambicano. *Veredas* (9): 61-82.
- Santos, Eduardo Ferreira dos (2009) Aspectos morfossintáticos comuns ao português angolano, brasileiro e moçambicano. *Papia* (19): 201-220.
- Santos, Eduardo Ferreira dos (2009) *Uma abordagem do CP clivado no português de Angola*. Comunicação apresentada no II SIMELP (Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa), Universidade de Évora.
- Santos, Eduardo Ferreira dos (2010) *A periferia esquerda da sentença no português de Angola*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo.
- Santos, Eduardo Ferreira dos (2011) A categoria tópico no português de Angola. *Linha d'Água* (24), 116-126.
- Teixeira, Eliana Sandra Pitombo e Norma Lucia Fernandes Alemida (2011) A indeterminação do sujeito no português angolano: uma comparação com o português do Brasil. *Papia*, 1 (21), 99-111.
- Undolo, Márcio Edu da Silva (2012) *Terminologia da Segurança Social em Angola*. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa.
- Undolo, Márcio Edu da Silva (2014) *Caracterização da norma do português em Angola*. Dissertação de Doutorado, Universidade de Évora.
- Vilela, Mário (1995) *Algumas tendências da língua portuguesa em África. Ensino e língua portuguesa: léxico, dicionário, gramática*. Coimbra: Almedina.